



Marco  
Maciel

A  
Integração  
Racial no  
Brasil

# A questão étnica no Brasil

Os tempos de afirmação social e de fecundas transformações por que passa a sociedade brasileira indicam que o País está finalmente engajado em um aspecto que diz respeito às suas responsabilidades históricas, às quais sucessivas gerações da elite política brasileira sempre demonstraram inconcebível alheamento. Refiro-me à questão étnica.

Oportuno lembrar a terrível, mas verdadeira, sentença prolatada por Joaquim Nabuco em sua pregação em favor do abolicionismo, quando afirmou que não bastava extinguir a escravidão no Brasil. Importante era erradicar seus efeitos. As formas ostensivas e disfarçadas no racismo, que permeiam nossa sociedade há séculos, sob a complacência geral e a indiferença de quase todos, são parte dessa obra inacabada, inconclusa, de cujos efeitos somos responsáveis.

A riqueza da diversidade cultural brasileira não serviu, em termos sociais, se não para deleite intelectual de alguns e demonstração de ufanismo de muitos. Terminamos escravos do preconceito, da marginalização, da exclusão social e da discriminação que caracterizam o dualismo social e econômico do Brasil. É chegada a hora de resgatarmos esse terrível débito que não se inscreve apenas no passivo da discriminação étnica, mas sobretudo no da quimérica igualdade de oportunidades virtualmente asseguradas por nossas constituições aos brasileiros e aos estrangeiros que vivem em nosso território.

Se não seguirmos o conselho de Nabuco, pouco teremos feito para virar essa página mal escrita de nossa História. Basta percorrermos os índices do desempenho social brasileiro para constatar o peso da herança histórica e da realidade sociológica do País. O "papel da ação afirmativa" deve indicar muito mais do que um simples diálogo ou a mera constatação de uma adversidade - mancha mais indelével em nossa trajetória política desde que nos transformamos em Nação. Espero que o exame da experiência americana, a partir de alguns de seus marcos mais significativos, entre os quais a decisão da Corte Suprema revogando o entendimento quase secular da constitucionalidade da doutrina de "iguais mas separados", sirva de inspiração para que possamos transitar do campo sempre fértil das promessas para o terreno mais promissor das realizações.

Temos de convir que a exclusão social, embora dramática sob o ponto de vista da desigualdade de oportunidades que se cristalizou como o marco diferencial de nossa civilização gerou conseqüências que contribuem para agravar a discrimi-

nação racial. É uma espiral perversa que não será vencida se nos ativermos às conseqüências sem remoção das causas. O Brasil terá de convencer-se de que os negros e seus descendentes deixarão de ser minoria no novo século, pois já representam maioria em três das cinco regiões brasileiras.

Atualizaríamos o pensamento de Nabuco se às "medidas sociais", a que aludiu, acrescentássemos as de natureza econômica.

Vencer o preconceito que se generalizou e tornar evidente o débito de sucessivas gerações de brasileiros para com a herança da escravidão que se transformou em discriminação, são apenas parte do desafio. Se vamos consegui-lo com o sistema de quotas compulsórias no mercado de trabalho e na universidade, como nos Estados Unidos, ou se vamos estabelecê-las também em relação à política, como acaba de fazer a lei eleitoral, com referências às mulheres, é uma incógnita que de antemão ninguém ousará responder. Não tenho dúvida de que se não tivesse havido discriminação econômica, não teria havido exclusão social. Sem uma e a outra, a discriminação racial não teria encontrado o campo em que plantou raízes. O caminho da ascensão social, da igualdade jurídica, da participação política, terá de ser cimentado pela igualdade econômica que, em nosso caso, implica o fim da discriminação dos salários, maiores oportunidades de emprego e participação na vida pública.

Neste sentido, parece-me, o papel da educação será essencial. Lembrava Nina Rodrigues que, no Brasil, até os traços predominantes da cultura negra em nosso multiculturalismo, se não desapareceram, pelo menos esmaeceram. Já não distinguimos mais, tal como aconteceu com a cultura indígena, o que e o quanto de nosso

*"As formas ostensivas e disfarçadas no racismo, que permeiam nossa sociedade há séculos, sob a complacência geral e a indiferença de quase todos, são parte dessa obra inacabada, inconclusa, de cujos efeitos somos responsáveis".*

## A questão étnica no Brasil

cotidiano devemos ao negro.

As conquistas jurídicas da Carta de 1988, - artigos 3º, 5º e 7º -, têm de ser seguidas de conquistas econômicas, capazes de reverter a crença de que o sucesso, a ascensão e a afirmação dependem apenas do esforço individual na superação do preconceito.

É preciso que todos tenham consciência, sem que para isso sejam lembrados constantemente, de que somos a maior nação africana fora da África.

Comparativamente à realidade dos Estados Unidos, temos a vantagem de não termos de superar a segregação e a separação, que tanto esforço custou à sociedade americana. Em troca, temos de convencer uma parcela razoável da nossa gente que medidas compensatórias em favor dos negros não representam apenas uma etapa da luta contra a discriminação, mas o fim da era da desigualdade da exclusão, se pretendemos uma sociedade igualitária e mais justa. ■

# Fundamentos políticos do desenvolvimento humano

Há uma razoável e crescente convergência, em grande parte do mundo, evidenciada na última Cúpula dos Chefes de Estado na ONU, de que regimes democráticos não são apenas aqueles que atendem critérios formais, como a temporariedade dos mandatos eletivos, a periodicidade de eleições livres e competitivas, e a existência de um sistema eficaz de proteção dos direitos humanos. A essas três exigências é preciso acrescentar-se o requisito essencial de que o Estado esteja a serviço da sociedade e que se subordine a seus interesses e aspirações permanentes, sem cuja preservação, se torna difícil, quando não impossível, a coesão social.

Disparidades e diferenças econômicas e sociais podem ser toleradas em períodos de crises agudas, como as vividas durante e logo após os conflitos mundiais sucedidos no século XX, causando devastação, empobrecimento e carências de toda ordem. São suportadas, mas não moralmente justificadas, em decorrência dos conflitos internos que tantas e tão persistentes divisões causaram. Porém, não podem ser toleradas nem justificadas nos períodos de paz que estamos preparando e esperamos viver no próximo milênio, se tiverem sido úteis as lições do passado.

Nas democracias, a liberdade não existe apenas porque é formalmente proclamada, mas sim quando desfrutada por todos, de forma responsável e sob garantias. Assim como a liberdade, a igualdade — fundamento ético de regimes políticos abertos e democráticos — não basta ser desejada e prometida, mas sobretudo percebida, construída e edificada com obstinação, como dever

*“Nas democracias, a liberdade não existe apenas porque é formalmente proclamada, mas sim quando desfrutada por todos, de forma responsável e sob garantias”.*

## Fundamentos políticos do desenvolvimento humano

do Estado e aspiração permanente de toda a sociedade. A fruição da liberdade e a busca da igualdade não são meros ornamentos do poder que se proclama ou pretende democrata. Muito mais que um desejo ou uma utopia são compromisso que, não materializado e permanentemente adiado, põe em risco os próprios fundamentos do poder político democrático. A igualdade pressupõe a inexistência de privilégios ou tratamentos discriminatórios contra pessoas ou grupos sociais, quaisquer que sejam.

Estes parecem ser os fundamentos políticos do desenvolvimento humano. Não só do desenvolvimento humano, mas do desenvolvimento com liberdade, equidade e justiça.

A prosperidade econômica, sem dúvida, é um requisito para o desenvolvimento que queremos. Os mecanismos de garantia dos direitos humanos e a proteção das minorias são para isso essenciais. A garantia da cidadania a todos não só é desejável, mas indispensável. O desfrute dos bens culturais de cada civilização, patrimônio comum da humanidade, deve ser por isso incentivado e facilitado. O fim da vulnerabilidade dos grupos mais frágeis, como as crianças, os portadores de deficiências e os idosos, precisa ser conseguido de forma permanente e de maneira efetiva. Os direitos à educação, à saúde, ao trabalho e as condições de vida digna que levem ao fim da miséria e à erradicação da pobreza necessitam de instrumentos viáveis de universalização. Todos devem ter a prerrogativa de viver sem medo da repressão injusta ou de serem vítimas de métodos violentos e desumanos de coerção. Não podemos tolerar qualquer forma de discriminação ou preconceito. Tudo isso faz parte do que poderíamos chamar de "carta de garantias para a promoção do desenvolvimento humano" que queremos, defendemos e perseguimos alcançar pelos meios ao nosso alcance.

Tais objetos exigem certamente os pressupostos fundamentais da paz, da segurança e da estabilidade política. Nada disso se consegue sem instituições democraticamente escolhidas, erigidas e construídas com a participação de todos para garantir grandes conquistas no novo século.

Se a ordem democrática e as instituições livres são fundamentais na esfera nacional para que haja paz, harmonia, tolerância, entendimento, justiça e equidade, não se pode conceber a ordem sem que esteja calcada nesses mesmos princípios.

O Brasil nunca deixou de defender a igualdade entre as nações sempre que disso dependeu de sua voz no campo do nosso relacionamento externo.

Somos um País marcado por diferenças sociais sabidamente injustas e algumas até mesmo cruéis. Mas nunca nos conformamos com essa situação. Os erros do passado e as fragilidades do presente têm servido para embasar a ação persistente com as quais vimos construindo o nosso futuro. Alcançamos nos últimos anos êxitos sistemáticos e encorajadores. Possuímos instituições capazes de liderar o processo de mudanças e transformações de que está empenhada toda a sociedade brasileira.

A busca do desenvolvimento com justiça é não só um imperativo constitucional da ordem democrática instaurada há pouco mais de uma década, mas um esforço de todos os brasileiros. É nossa maior aspiração, sem diferenças de crenças ou valores. ■

*“O fim da vulnerabilidade dos grupos mais frágeis, como as crianças, os portadores de deficiências e os idosos, precisa ser conseguido de forma permanente e de maneira efetiva”.*

Marco Maciel foi eleito, em 1994, e reeleito, em 1998, Vice-Presidente da República na chapa liderada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Elegeu-se Senador por Pernambuco sucessivamente em 1982 e em 1990, exercendo na referida Casa relevantes funções, inclusive as de Líder de seu partido, o PFL. Foi Deputado Federal por duas legislaturas, tendo presidido a Câmara Federal e a Fundação Milton Campos de Estudos e Pesquisas Políticas. Convidado por Tancredo Neves, foi Ministro da Educação no Governo José Sarney. A seguir, ocupou o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Governou o Estado de Pernambuco (1979/1982) depois de ter exercido o mandato de Deputado Estadual, ocasião em que desempenhou as funções de líder do governo na Assembléia Legislativa.

Em meio às suas atividades acadêmicas, presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco. É advogado e professor titular (licenciado) de Direito Internacional Público na Universidade Católica de Pernambuco.

Entre os projetos de sua iniciativa na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destacam-se os que resultaram nas seguintes leis: a que fixa normas para engenharia genética e regula a liberação de organismos geneticamente modificados (clones); a que trata da arbitragem para dirimir litígios; a que regulamenta estágios de estudantes em empresas. Por sua inspiração, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a lei que restaurou a representatividade da UNE e da UBES, proscritas desde 1964.

Escreveu os livros *Vocação e Compromisso* (1982, José Olympio Editora); *Educação e Liberalismo* (1987, idem); *Liberalismo e Justiça Social* (1987, Instituto Tancredo Neves); *Idéias Liberais e Realidade* (1989, José Olympio Editora); e *Manual do Vereador* (1997, Massao Ohno).

Nasceu no Recife em 21/7/40 e é casado com Anna Maria Ferreira Maciel. Tem três filhos e dois netos.